

Invasões Francesas: o esgrimir das penas e os papéis incendiários*

Por Rita Correia**

Começo por agradecer a vossa presença e a oportunidade de partilhar convosco o que aprendi sobre as invasões francesas, ou mais concretamente sobre o fenómeno do surto de imprensa que então se registou.

Aprendizagem que tenho feito nesta biblioteca de periódicos – a Hemeroteca Municipal – da qual sou funcionária há pouco mais de um ano. Facto que me traz muito feliz não só pela possibilidade de realizar um trabalho de investigação que me dá muito prazer, mas sobretudo porque sou parte de uma equipa de profissionais empenhados e solidários que são só por si um estímulo. Obrigada.

Sobre o tema da minha comunicação – **os periódicos e o debate que através deles se processou, no contexto das Invasões Francesas** – quero dizer que foi para mim uma surpresa descobrir a imensa produção de jornais e de literatura panfletária então ocorrida. Um verdadeiro fenómeno, quer pelo número, quer pela qualidade e diversidade e arrojo do seu conteúdo.

De qualquer forma, importa ter presente que este **boom periodista não pode entender-se isolado**, ou seja, não é explicável sem termos em conta o fenómeno cultural e político do **enciclopedismo** que, sob influência do Iluminismo, vinha ganhando expressão em Portugal desde o último quartel do século XVIII.

O **aparecimento dos jornais “enciclopédicos”**, onde se vão insinuando as primeiras ideias liberais, a **fundação das sociedades científicas** – como a Academia Real das Ciências, criada em 1779 –, e o **alargamento dos espaços de convívio** – cafés, botequins, tabernas, bilhares – nos maiores centros urbanos – especialmente em Lisboa, Porto, Coimbra e Braga – estão na origem de uma **crescente abertura do espaço público e na formação de correntes de opinião** que, sob a pressão exercida pelas Invasões Francesas, se vão expandir e ganhar uma nova dimensão.

* Comunicação apresentada no Ciclo de Conferências **O “Vício da Liberdade”: Jornais e Panfletos Anti-Napoleónicos (1807-1815)**, 2.ª Conferência (Hemeroteca Municipal de Lisboa, 6 Dezembro 2007).

** Hemeroteca Municipal de Lisboa – Serviço de Digitalização e Imagem – Investigação.

Com a entrada das **tropas napoleónicas**, a presença de um **governo estrangeiro**, o sentimento de **perda de independência**, associado ao de **orfandade** devido à ausência do rei e da corte, deu-se **origem a um ambiente de convulsão social** propício a uma constante **troca de opiniões** sobre o que se estava a passar; por outras palavras, a um debate sobre as **razões e as consequências** da situação então vivida, e ao modo **como sair daquela crise**.

Este debate encontrará nos jornais, nos panfletos e noutros suportes de papel um veículo privilegiado. Trata-se, pois, de uma **literatura** fundamentalmente **anti-francesa**, muitas vezes **anónima** (provavelmente, para evitar retaliações, quer da censura, quer de adversários – os tempos são de grande instabilidade política, pelo que todos os cuidados são poucos!). Já a **clandestinidade verificou-se sobretudo após as invasões**, portanto, depois de 1811, e atingiu a chamada **imprensa da primeira emigração**, ou seja, aquela que se produzia no estrangeiro – a que farei referência mais à frente.

Os próprios periódicos da época fazem notícia desta profusão, o que só por si já é um sinal de reconhecimento da sua natureza fenomenal. Por exemplo, o redactor d' **O Mensageiro**, lançado em Lisboa, a 1 de Setembro de 1809, regista que:

«São muitos os periódicos que debaixo de vários títulos circulam nesta capital; mas a curiosidade de os ler não tem por isso diminuído; antes pelo contrário se tem cada vez mais aumentado o desejo de saber novidades; assim é natural que aconteça, quando os bens, a honra, a vida dos Cidadãos, o Príncipe e a Pátria estão comprometidos na luta actual contra a Tirania. (...) Darei por extracto, ou por cópia, todas as notícias das melhores folhas estrangeiras de que sou assinante; e um critério prudente extremará as falsas das verdadeiras, as prováveis das oficiais. Espero finalmente que esta nova folha (que sairá todos os dias e pelo módico preço de vinte reis) terá aceitação do público e preencherá o seu fim».

Uma notícia que dá testemunho de que o **fenómeno dos periódicos é comum à Europa**, ou pelo menos aos países ou reinos que enfrentam as tropas napoleónicas, e que entre eles se processa uma **ampla troca de informações**. Aliás, alguns dos periódicos então aparecidos em Portugal são meras traduções de títulos estrangeiros, como é o caso das seguintes publicações:

- ***Diário de Badajoz***, de Julho de 1809
- ***Correio de Londres***, de 1809-1810
- ***Tradução Fiel do Diário do Governo da Corunha***, de 1809

Outro aspecto que ressalta da notícia d' ***O Mensageiro*** é o do **ritmo de edição** que então se impõe: **o dia**.

De facto, os primeiros diários aparecem precisamente nesta altura: o ***Diário Lisbonense***, que saiu à luz em Lisboa, em Maio de 1809, **foi o primeiro diário português**, mas alguns meses depois, precisamente no dia **1 de Setembro**, são lançados mais 3 diários: o já referido ***Mensageiro***, e o ***Novo Diário de Lisboa*** e o ***Jornal de Lisboa***.

Até a “velha” ***Gazeta de Lisboa*** passa a editar-se diariamente, a partir de Junho desse ano de 1809 (anteriormente era trissemanal). E nas suas páginas encontramos constantemente eco do caudal informativo que inunda o país: **só no ano de 1809**, são **lançados 24 novos periódicos!**

Através da breve apresentação que faz de cada um é fácil apercebermo-nos da sua natureza, **umas vezes mais noticiosa e séria, outras de pendor satírico**, como foi o caso:

- da ***Gazeta de Almada***, que somou 12 números manuscritos (25 de Agosto a 6 de Dezembro de 1808);
- da ***Gazeta do Rossio***, que continha em cabeçalho a vinheta de uma águia de pernas para o ar e se dizia publicada «**Com o privilégio do Desgoverno**» (1808-1809);
- e d' ***O Lagarde Português ou gazeta para depois de Jantar***, cujo o título inspirado no nome do Intendente da Policia francês, era justificado como estratégia de marketing comum entre os donos das casas de pasto e cafés que faziam uso de nomes famosos «para atrair fregueses».

Esta **profusão de títulos** e a sua **vida efémera** – na maioria das vezes não ia além de uns meses – remete-nos para outra questão: a dos índices de venda, ou seja, das **tiragens praticadas**, e, conseqüentemente, da sua **influência**

Não existe informação detalhada sobre as tiragens praticadas, pelo que os valores avançados pelos estudiosos são **aproximações calculadas em função do volume de assinantes necessário para sustentar financeiramente um jornal**: segundo José Manuel Tengarrinha, em Portugal, um mensário ou quinzenário, necessitaria de, pelo menos, **150 assinantes**¹; se cruzarmos esta informação com a da sua curta existência, tudo leva a concluir que esse número raramente era atingido.

Mas a questão da influência do jornal não pode ser deduzida directamente da sua tiragem ou do número dos seus assinantes, pois **muitos desses assinantes eram proprietários de cafés, bilhares, casas de pasto**, que os colocavam à disposição dos fregueses. Nesses espaços era também comum a **leitura pública**, em **voz alta**, para um grupo de pessoas. Assim, cada número ou edição tinha vários leitores.

Como já referi, **a par dos periódicos**, há uma ampla produção de **panfletos, folhas volantes, correios, mensageiros**, etc., de conteúdo diverso: **missas, proclamações, editais e, sobretudo, composições em prosa e em verso, que podemos arrumar** sob a designação de “**literatura de cordel**”.

Esta literatura destinava-se, sobretudo, às classes populares, iletradas ou mesmo analfabetas, e caracterizava-se pelo seu **discurso chocarreiro e rude**, que ridicularizava e maldizia os «franceses», também conhecidos por «franchipanas», e os seus mais eminentes representantes:

- **Napoleão**, à cabeça, seguido dos seus generais presentes em território nacional;
- **Junot** ou «jinó»;
- **Lagard**, o «Lagarto», que era Intendente Geral da Polícia;
- **Laborde**, o «Laborra»;
- e **Loyson**, o célebre «Maneta», também conhecido por «Lazão».

¹ TENGARRINHA, José Manuel – **História da Imprensa Periódica Portuguesa**. 2.ª ed. Lisboa : Caminho, 1989, ISBN 972-21-0396-2. p. 118-119.

Segundo testemunhos da época, **estas obras rimadas eram vendidas pelos cegos** que as cantarolavam pelas ruas, excitando os brios ofendidos do povo que aplaudia tudo o que focasse os reveses sofridos pelas tropas francesas. Por curiosidade, transcrevo, de seguida, um desses motes glosados, em verso, que os cegos faziam ecoar pelas ruas:

*“A Praga de Portugal
Já lá vai, já se acabou,
Devia queimar se vivo,
Quem tal praga desejou*

GLOSA

Em que falla uma Velha.

I.

Que mal passa quem mal come,
E vive, sem ter esteio!
Desne que esta gente veio
Ando cahindo com fome:
Sefora vivo o meu home
Inda iria menos mal;
Mas viúva, e sem real!
Abris núncio, eu esconjuro
A Praga de Portugal.

II.

Em menos de nove mezes,
Esta tropa escomungada,
Deixou a gente arrastada,
E com roupa de Franceses:
Mas dos nossos Portuguezes
Sempre o vitro se esperou;
Já não morre quem fallou,
Já eu de fallar me farto,
Que o Intendente Lagarto
Já lá vai, já se acabou.

III.

Eu li huma carta hum dia...
Que andava nas mãos de hum cego,
Ó visinha, eu te arenego,
Muitas asneiras dizia!
Dava á França a primazia,
Punha Portugal captivo;
Visinha, deo-me motivo
A dizer de asneira farta,
Que o Doutor, que fez tal carta,
Devia queimar-se vivo.

IV.

Em nome da benta hora!
Ver Francezes, nem pintados;
São homens atraçoados.
Huns por dentro, outros por fora:
Tudo foi de voz em fora
Desne que esta gente entrou;
Assim velha, como sou,
Avera d’eu alcançar
Ser bruxa, para esganar
Quem tal praga desejou.²”

² FELGUEIRAS, Guilherme - A Invasão Francesa e os Cegos Cantadores. **Estremadura. Boletim da Junta de Província**. Lisboa. Série II, n.º 24-25 (Maio-Dez. 1950), p. 188-189.

São apenas alguns exemplos dessas décimas muito pitorescas, cheias de **corruptelas** como “home” por homem; “desne” por desde, entre outras, que **vincam a sua natureza popular**.

A julgar pela quantidade de obras anunciadas na *Gazeta*, Napoleão e os seus sequazes fizeram a fortuna de muitos livreiros: só em **Lisboa**, entre **1808 e 1811**, saíram dos prelos da **Impressão Régia** cerca de **700 panfletos e folhas volantes**, o que corresponde a perto de metade da produção nacional.

A arte de ridicularizar e maldizer (literária e graficamente) é cultivada, sobretudo, pelos **mais conservadores** – entre os quais se popularizam autores como o padre **José Agostinho da Fonseca**, **José António da Silva Freire** ou **Daniel Rodrigues da Costa** –, que procuram não só **mobilizar o povo contra o invasor** – através de um discurso eivado de evocações históricas e de orgulho patriótico – **mas sobretudo mobilizá-lo contra os liberais**, isto é, contra todos os que ansiavam e defendiam a reforma política e social do Portugal velho, absolutista, e clamavam por um regime representativo, baseado numa constituição. Aliás, é evidente o esforço para associar os dois “perigos”: os liberais e os franceses, daí que o mais tímido liberal tenha sempre garantido o cognome de vendido, traidor ou “**afrancesado**”.

Esta **associação está presente na “falla da Velha”³** quando exprime o desejo de que seja queimado vivo «o Doutor, que fez tal carta», ou de “Ser bruxa, para esganar, *Quem tal praga desejou.*” Como é natural, os mais permeáveis às ideias liberais eram as elites esclarecidas, os doutores.

Mas também eles, **os eruditos**, eram um **público visado pela actividade propagandística**. Facto que ressalta não só das **imagens e expressões utilizadas** nos textos, como da **citação frequente dos clássicos latinos**, recurso a perífrases, metáforas, alegorias mitológicas, etc.

Atente-se na **técnica laboriosa de despertar consciências e sentimentos de honra e veneração pelos antepassados presente no soneto À Pátria figurada no Tejo**⁴:

“D’além dos Pyrinéus, de serra em serra,

³ Idem, p. 187-195.

⁴ OLIVEIRA SANTOS, A. P. de – A Reacção Popular às Invasões Francesas, através da «Literatura de Cordel» (1808-1815). *Revista de História Económica e Social*. Lisboa. N.º 2 (Jul.-Dez. 1978), p. 83.

*Apoz teu brilho os Vândalos ousarão
Envolta em vil traição trazer-te a guerra:*

*Mas já teus filhos Crôas te preparão,
Já correm, ferem, matão, põem por terra,
Qu'inda os Lusos Heroes não acabarã.”*

Ou no **protesto contra a cultura francesa e os seus «nefastos intelectuais»** que perpassa na obra *Defensor dos Franceses – Dialogo Jocosos e Irónico entre Pai e Filho*⁵:

*“Não vejo hum Afrancesado,
Que não seja um libertino:
Lendo hum Voltaire, Hum Rosseau
Hum Luthéro, ou hum Calvino.*

*Esses teus Francezes Livros,
Já, já mete-os na fomalha:
Não quero aqui nem relíquias
Daquella infame canalha.”*

Mas a luta contra os liberais assumia frequentemente o formato **do ataque pessoal**, muitas vezes apimentado de impropérios. O já referido padre José Agostinho de Macedo é, sem dúvida, um dos mais eminentes representantes deste género. Manteve acesas e prolongadas disputas com alguns periodistas, como **Luís de Sequeira Oliva**, editor do *Telegrapho Portuguez*, **Nuno Álvares Pereira Pato Moniz**, redactor do *Correio da Península ou Novo Telegrapho Portuguez* e do *Observador Portuguez*, e **Hipólito José da Costa** editor e redactor do *Correio Braziliense*, entre outros.

Para exemplificar a **rudeza da produtiva pena de Agostinho de Macedo** não resisto à transcrição de um pequeno trecho da *Resposta aos amáveis assignantes do periódico O Telegrapho*, redigida em 1814, após a sua proibição:

*“Morreste emfim, deixaste-nos Oliva!
Enforcou-se o Telegrapho!*

⁵ Idem, p. 85.

– Mil graças Á mão já damos, que de ti nos priva.
Fez pausa a diarrhéa das chalaças,
Foi-se a torpe mentira e a prophecia Com que alvar novelleiro o povo
embaças.
Deixaste a gente, que de ti se ria;
Inda agora se ri quando te escuta, Que o teu papel o Corso combatia.
Ora é preciso ser filho da p...
Para suppores fresco e descarado Que toda a gente lusitana é bruta!⁶

Importa também ter presente que os invasores, ou seja, **as autoridades francesas, também fizeram uso da imprensa e do material panfletário**, quer para convencer os povos dos propósitos generosos da sua presença e dos benefícios que recolheriam se colaborassem com Napoleão, quer para difundir informação de teor mais prático: editais, proclamações, avisos, instruções, etc.

Durante a **1.ª Invasão**, a **Gazeta de Lisboa esteve ao serviço dos invasores**, tornando-se no seu **órgão oficial**. Durante algum tempo, ostentará em cabeçalho a águia francesa, ao invés das armas portuguesa, e a sua direcção será assumida por Lagarde, o Intendente Geral da Polícia. Também o **Diário do Porto** é lançado em Abril de 1809 com o propósito de dar voz às forças francesas. Extinguiu-se em Maio, totalizando apenas 5 números.

Tudo leva a crer que este material propagandístico era inicialmente bem acolhido, sobretudo entre as classes altas e esclarecidas. São conhecidos alguns **episódios de confraternização com os invasores**, como jantares, bailes, além de reuniões de trabalho e outros actos de maior solenidade.

As **disposições legislativas** adoptadas após as invasões, incentivando a denúncia de todos os que fizessem circular os «papéis sediciosos» produzidos pelos franceses ou pelos seus partidários, tal como os **relatórios da Intendência-Geral da Polícia** e a **prisão de diversas pessoas**, entre as quais alguns livreiros acusados de os vender, também apontam no mesmo sentido.

⁶ SILVA, Innocencio Francisco da – **Memorias para a Vida Íntima de José Agostinho de Macedo. Obra Posthuma organizada por Theophilo Braga**. Lisboa : Typographia da Academia Real das Ciências, 1898. p. 371-375.

O surto de periódicos e a natureza arrojada e provocatória do conteúdo de muitos deles foi, portanto, possibilitada por uma **ambiente de maior liberdade e tolerância** concedido pelas autoridades portuguesas, **com o objectivo de favorecer o levantamento patriótico da opinião pública contra os invasores**, e não propriamente a formação de um “espaço de opinião”, onde livremente se confrontassem ideias.

Após a terceira invasão, regressou-se ao apertado regime, anterior, de censura, exercido através do triângulo:

- **Desembargo do Paço,**
- **Ordinário e**
- **Santo Ofício.**

Muitos periódicos são então proibidos e aos seus redactores, empenhados no debate político, **nada mais resta do que emigrarem para o estrangeiro**, prosseguindo daí a sua actividade.

Deste jornalismo, que tem na cidade de **Londres** o seu mais fecundo foco irradiador, destacam-se pela sua qualidade jornalística e influência:

- ***O Correio Braziliense,***
- ***O Portuguez e***
- ***O Campeão Portuguez.***

Para que se fique com uma ideia mais clara dos argumentos da censura, leia-se a **carta dos três governadores do reino a D. João VI** explicando os motivos pelos quais os periódicos *Correio Braziliense* e *O Portuguez* estavam proibidos de serem editados e vendidos em Portugal e seus domínios. A carta diz o seguinte:

“*Senhor,*

Quando em 17 de Junho do presente ano expedimos a Portaria N.º 1, excitando a observância do Aviso de 2 de Março de 1812, N.º 2, pelo qual em obediência ás Ordens de Vossa Majestade havíamos vedado a entrada, e publicação do Correio Braziliense e, de todos os escritos de seu Autor nestes Reinos, e seus Domínios, e proibindo igualmente a entrada e publicação de outro Periódico intitulado O Portuguez cujas doutrinas

revolucionárias podiam ser funestíssimas à tranquilidade dos Povos, e tinham já ao nosso parecer concorrido muito para alucinar esses homens desacordados, que se atreveram a conspirar contra seu legítimo Soberano, e a projectar nova forma de governo: Julgamos também indispensável submeter à Revisão O Investigador; mandando que se não permitisse a sua distribuição, sem ser primeiramente examinado na Secretaria de Estado.

A experiência mostrou a necessidade desta medida: porque logo no N.º 74 de Agosto do corrente ano encontramos de páginas 282 até 297, uma carta, cujo contexto é dirigido a excitar o descontentamento da Nação contra o Paternal Governo de Vossa Majestade, censurando ousadamente os seus procedimentos; na admissão dos Ingleses para comandar os nossos Exércitos, e entrarem na Regência; na conclusão do Tratado de Comércio de 1810 com a Corte de Londres; no pouco favor dado aos navios, e mercadorias portuguezas nos Portos do Brasil; na nova Legislação Militar de 21 de Fevereiro de 1816; e em outros artigos; e acusando de venalidade, e ignorância os Magistrados, e Tribunais do Reino.

Não nos pareceu portanto conveniente deixar circular um escrito tão incendiário: mas lembrando-nos ao mesmo tempo, que Vossa Majestade se havia dignado de proteger este Jornal, que se reputava escrito com princípios leais, não duvidamos prestes-nos às instâncias do Doutor Bernardo José de Abrantes, correspondente do Redactor de Londres, o qual propôs, que se arrancasse o mencionado artigo dos exemplares vindos de Inglaterra, e se lhes substituísse outro aqui escrito, e impresso com o mesmo número de páginas, para se poder distribuir aquele Caderno aos Subscritores, depois de assim emendado.

Mas quando entendíamos, que esta providencia serviria de lição ao Redactor, para não reincidir em semelhantes desvarios, vimos com espanto no N.º 77 de Novembro que ele no artigo “Hespanha” páginas 85, transcrevendo uma Gazeta Inglesa, afirma que não pode haver crédito público sem uma Representação Nacional; que a Espanha foi feliz com a Constituição formada pelas Cortes, cuja nova convocação Sua Majestade Católica tem demorado pela influência dos Magistrados, e do Alto Clero; que as conspirações de Portier, Lacy, e outros não tinham outro objecto mais que o Restabelecimento das mesmas Cortes, e que depois de discorrer largamente debaixo desses princípios conclui assim: “Mas os Vales tornarão a cobrar Crédito, quando não tivermos fundos suficientes para os amortecer. Isto com tudo só está no poder da Nação, e não nos Monges, e Clérigos; e esta época há de chegar com o tempo, ou por vontade, ou por violência”. Não é menos repreensível o que o redactor escreve no artigo “França”. Ele combate a opinião

de que a Revolução Francesa foi obra dos Filósofos e dos Pedreiros Livres: e para sustentar a sua preposição descreve com os mais escandalosos e desmedidas expressões os vícios, e a ambição de alguns Papas, dizendo de Leão Décimo entre outras indignidades, que mandava vender por toda a Cristandade a mercadoria Romana das Indulgências pelenarias; e com igual desacordo acusa o despotismo dos Reis de França principalmente desde o Reinado de Francisco Primeiro, tem em que afirma, que o poder absoluto tinha já aniquilado em França o grande Palladium das suas liberdades, os Estados Gerais. Estas passagens, e outras preposições de semelhante natureza, que se acham espalhadas por este Folheto, que vai junto N.º 3, nos obrigaram a proibir a sua circulação, e a reter todos os exemplares, que vieram a Secretaria de Estado, esperando que Vossa Majestade será servido aprovar esta resolução, que tem por objecto evitar, quando é possível, que neste Reino entrem tão venenosos escritos, que em vez de servirem para instruir e melhorar a Nação, só podem ter o funesto resultado de fomentar o desprezo das Leis, e dos Magistrados, a falta de respeito para a Religião, e seus Ministro, o ódio ao Trono, e conseqüentemente a sedição, e anarquia, e os horrores de uma revolução semelhante á que inunda de sangue a França, e toda a Europa, e vai desgraçadamente produzindo na América os mesmos efeitos. (...)

À Muito Alta, e Muito Poderosa Pessoa de Vossa Majestade, guarde Deus muitos anos, como desejamos e havemos mister.

Lisboa no Palácio do Governo em 23 de Dezembro de 1817.

Marques de Borba

Ricardo Raimundo Nogueira

Alexandre José Castello⁷

Concluimos que **as Invasões e as convulsões sociais e políticas que as acompanharam tiveram um impacto significativo na imprensa nacional, da seguinte forma:**

a) Expandindo-a, em número de títulos e diversificando-a nos seus conteúdos;

b) Mudando-lhe a natureza, de meramente informativa, passa a opinativa;

⁷ ARQUIVO NACIONAL. Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos – **O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira : Cidades : Panfletos incendiários** [Em linha]. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional [Consultado a 3 Dez. 2007]. Disponível em <URL: [http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=257&sid=43&tpl=printer view](http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=257&sid=43&tpl=printer_view)

Criaram-se assim as condições para a consolidação do espaço público, enquanto espaço de circulação e debate de ideias, **com a conseqüente formação de correntes de opinião e crescente politização da sociedade**. Factores que foram determinantes e preparatórios da **revolução de 1820**.

BIBLIOGRAFIA:

ARQUIVO NACIONAL. Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos – **O Arquivo Nacional e a História Luso-Brasileira : Cidades : Panfletos incendiários** [Em linha]. Rio de Janeiro : Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos [Consultado a 3 Dez. 2007]. Disponível em <URL: <http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infolid=257&sid=43&tpl=printerview>

ARAÚJO, Ana Cristina – Portugal sob o Fogo Cruzado da Revolução. Das Invasões Francesas ao Vintismo. **História**. Lisboa. ISSN 0870-4538. Ano 21, n.º 19 (Novembro 1999), p. 50-58.

FELGUEIRAS, Guilherme – A Invasão Francesa e os Cegos Cantadores. **Estremadura. Boletim da Junta de Província**. Lisboa. Série II, n.º 24-25 (Maio-Dezembro 1950), p. 187-195.

OLIVEIRA SANTOS, A. P. de – A Reacção Popular às Invasões Francesas, através da «Literatura de Cordel» (1808-1815). **Revista de História Económica e Social**. Lisboa. N.º 2 (Julho-Dezembro 1978), p. 83-85.

SARDICA, José Miguel – Guerra Peninsular. O Curso político-militar. **História**. Lisboa. ISSN 0870-4538. Ano 21, n.º 19 (Novembro 1999), p. 40-49.

SILVA, Innocencio Francisco da – **Memorias para a Vida Íntima de José Agostinho de Macedo. Obra Posthuma organizada por Theophilo Braga**. Lisboa : Typographia da Academia Real das Ciências, 1898. p. 371-375.

TENGARRINHA, José Manuel – **História da Imprensa Periódica Portuguesa**. 2.^a ed. Lisboa : Caminho, 1989. ISBN 972-21-0396-2. p. 118-119.